

AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO INICIAL

Gina Glaydes Guimarães de Faria
Fábia de Oliveira Santos
NEPPEC – FE/UFG
guima.fa@uol.com.br
fabia.psi@gmail.com

Objetiva-se, neste trabalho, apresentar os dados de um levantamento, em fase inicial, das ações afirmativas implementadas nas Universidades federais brasileiras, entre os anos de 2003 a 2009. Trata-se de um estudo que tem a finalidade de subsidiar a pesquisa intitulada “Estudo do sucesso/fracasso escolar na trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram na UFG por meio do Programa UFGInclui” cujo objetivo é apreender, por meio de estudo longitudinal, os processos pedagógicos que produziram o sucesso/fracasso acadêmico destes estudantes, que ingressaram na instituição no primeiro semestre de 2009, primeiro semestre em que o sistema de cotas foi adotado pela UFG.¹

Tendo a inclusão como uma de suas metas, a UFG, conforme exposto na Resolução CONSUNI nº29/2008, volta-se aos grupos historicamente marginalizados ou discriminados objetivando sua inclusão social por meio de uma educação que lhes permita exercer plenamente a cidadania. Para tanto, 10% das vagas de cada curso foram destinadas a candidatos que estudaram em escolas públicas, outros 10% destinados a candidatos negros oriundos de escola pública e, ainda, foi acrescida uma vaga adicional em cada curso, nos casos em que houvesse demanda de quilombolas e indígenas (BRASIL, 2008).

A adoção das políticas de ação afirmativa no Brasil expressa-se com maior vigor a partir de meados dos anos de 1990, mas dentre tais políticas, segundo Penha-Lopes (2008), a área de maior polêmica diz respeito às vagas nas Universidades. A autora refere-se à uma discussão polarizada sobre a questão: de um lado há aqueles que adotam um posicionamento desfavorável proclamando, por exemplo, que as cotas seriam ilegítimas devido à ausência do debate acerca do tema, anti-meritocráticas e alienígenas porque o Brasil não seria um país racista; por outro, encontram-se os defensores das cotas que proclamam o sistema de cotas como uma alternativa para reparar a desigualdade racial brasileira, que se sobreporia à desigualdade econômica e, além disso, seria uma alternativa para garantir o acesso e a permanência dos “ex-escravos” aos espaços e setores até agora

reservados aos brancos. “Em outras palavras, a desigualdade racial se sobrepõe à desigualdade de classe” (PENHA-LOPES, 2008, p.126).

De acordo com Moehlecke (2002) as ações afirmativas, no Brasil, foram elaboradas e implantadas nas universidades públicas com o intuito de compensar as desigualdades inerentes ao mérito e também, em alguns casos, as desigualdades intrínsecas aos segmentos sociais historicamente excluídos. Para Feres Júnior e Zoninsein (2008, p.19) “não parece ser justo o fato de que os impostos pagos por toda a população sejam revertidos para o ensino universitário caro e de qualidade de poucos que, em sua maioria, já gozam de uma posição inicial de privilégio”. Opondo-se a “esse tipo de darwinismo social”, os autores afirmam a necessidade das ações afirmativas que, no âmbito de ensino superior, seriam o caminho para a mobilidade social das minorias e, em corolário, promoveriam o desenvolvimento humano e econômico.

Não é o caso aqui de aprofundar este debate, mas de indicar sua complexidade, especialmente porque implica a discussão de temas mais específicos como o sentido da Universidade às questões mais amplas como a questão racial brasileira, o princípio da meritocracia e, especialmente, as questões relacionadas à igualdade. Educação, formação, Universidade, conhecimento. Ianni (2004) afirma que “A formação social do Brasil, em suas configurações e movimentos, nega a ‘democracia racial’, o ‘homem cordial’ e a ‘revolução branca’, já que toda essa história está atravessada por rupturas e retrocessos” por meio de um jogo de forças em que “as ‘elites’ têm se revelado “pouco comprometidas com as classes sociais e os grupos sociais subalternos” (IANNI, 2004, p.151-152).

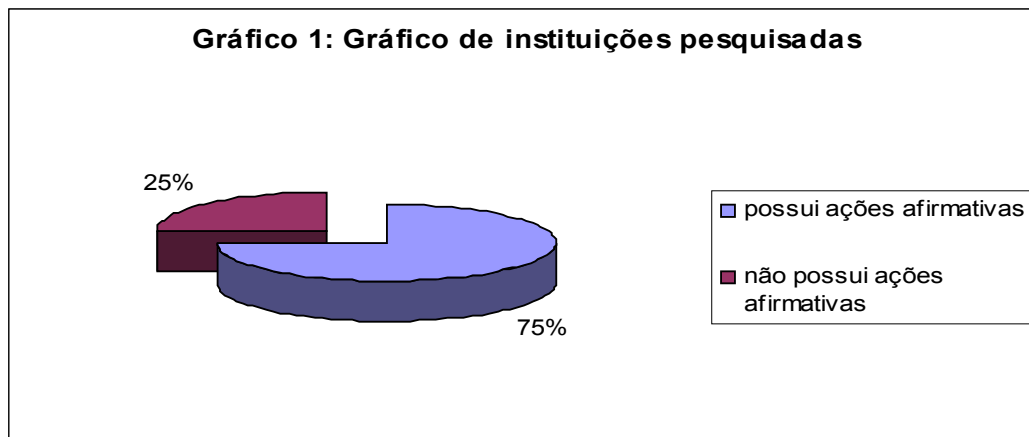
Estudar a questão das cotas na Universidade implica pensar parte e todo, singular e universal. Nesse sentido, as relações entre indivíduo, Universidade e sociedade, intrinsecamente vinculadas e referidas à contradição trabalho e capital, reproduzem, concomitantemente, os processos de exclusão e inclusão, inerentes a esta particularidade histórica. Assim, a polarização do debate acerca das ações afirmativas na Universidade necessita ser superado de forma a apreender os movimentos lógicos e históricos que estariam engendrando a democratização da Universidade e a formação para a cidadania. Mesmo tendo acesso aos seu cursos, como a Universidade tem acolhido os estudantes cotistas?

Considerando que as ações afirmativas são produzidas na sociedade do capital, a inclusão dos grupos e classes sociais subalternos na Universidade, uma ação legítima, recria outros processos de exclusão, pois a dialética inclusão/exclusão é intrínseca a esta particularidade histórica. Como este processo de inclusão/exclusão recria-se na Universidade? Quais ações estariam sendo adotadas pelas Universidades, de forma a garantir a permanência dos estudantes que ingressaram aos seus cursos por meio das cotas, em suas diversas expressões? Em que as ações implementadas em outras instituições aproximam-se ou distanciam-se daquelas adotadas pela UFG? A pesquisa, conforme acima indicado, encontra-se na fase de identificação das Universidades federais que adotam o sistema de cotas como critério de ingresso dos estudantes aos seus cursos de graduação para posterior mapeamento e análise das ações implementadas.

Considerações metodológicas e resultados parciais

Buscou-se no *site* do MEC a relação das Universidades federais que têm adotado as cotas no período compreendido entre 2003 a 2009, perfazendo um total de 51 instituições; a seguir, recorreu-se aos *sites* das próprias instituições para verificar se adotavam ou não algum tipo de ação afirmativa, mediante as expressões de busca: “cotas” e “ações afirmativas”. Constatou-se que o principal documento que permite tal verificação é o edital do vestibular de cada Universidade. Estão sendo selecionados, também, os documentos que regulamentam outras ações afirmativas destinados à garantir a permanência dos cotistas na Universidade. Enfatiza-se que o período estabelecido para a investigação é de 2003, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) realizou o primeiro vestibular em que as cotas foram adotadas no Brasil, a 2009, quando a UFG passa a implementar o Programa UFGInclui.ⁱⁱ

Conforme demonstra o gráfico 1, de um total de 51 Universidades pesquisadas até o momento, incluindo a UERJ, 75% adotam algum tipo de ação afirmativa, desde as cotas sociais, raciais, étnicas e para pessoas com deficiência às cotas para as licenciaturas, objetivando a formação de professores para a rede básica, à adoção do sistema de bonificação e aos vestibulares específicos. É recorrente a combinação de tais ações, especialmente em relação ao sistema de cotas raciais, étnicas, sociais e para pessoas com deficiência.



Fonte: Pesquisa “Estudo do sucesso/fracasso escolar na trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram na UFG por meio do Programa UFGInclui” - NEPEEC-FE-UFG

No conjunto das Universidades pesquisadas, a maioria adota as *cotas sociais*, isto é, aquelas destinadas aos estudantes oriundos da escola pública, seguida da cota para estudantes negros. É possível que a opção por determinado tipo de ação afirmativa relacione-se com as especificidades regionais como, por exemplo, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que em 2009 não adotava as *cotas sociais*, mas o vestibular específico para índios.

Considerações finais: indicando tendências

Apesar de incipiente, o trabalho até agora realizado permite indicar pelo menos duas tendências de investigação no que tange às ações afirmativas implementadas nas Universidades pesquisadas, como critério de acesso aos seus respectivos cursos de graduação: 1. forte adesão às cotas por parte das Universidades federais. Em um levantamento inicial, foi possível constatar que grande parte das instituições de ensino superior criadas nos finais dos anos 2000 já prevêm em seus vestibulares algum tipo de ação afirmativa; 2. predominância das cotas para estudantes provenientes das escolas públicas. Este dado aproxima-se do que foi indicado, por exemplo, na pesquisa de Penha-Lopes (2008) que ao estudar a trajetória acadêmica dos formandos da UERJ, primeiros cotistas a concluir a graduação no Brasil, conclui que apesar da política de cotas ter ampliado a discussão sobre raça no Brasil, a maior adesão às cotas para egressos de escola pública e deficientes físicos, tende a confirmar o preconceito contra negros.

Ao concluir esta etapa da pesquisa, serão analisados os documentos selecionados por meio de uma planilha de análise e documentação, tendo como pressuposto a dialética inclusão/exclusão no marco das relações recíprocas entre indivíduo, Universidade e sociedade.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI Nº 29/2008 de 1º de agosto de 2008. Cria o Programa “UFGInclui” na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/89/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2010.

IANNI, Octavio. A dialética escravo e senhor. In: _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p.197-217, nov. 2002.

PENHA-LOPES, Vânia. Universitários cotistas: de alunos a bacharéis. In: ZONINSEIN, Jonas; FERES JÚNIOR., João (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

ZONINSEIN, Jonas; FERES JÚNIOR, João. Introdução – A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. In: _____. FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

ⁱ Este trabalho está vinculado à pesquisa integrada intitulada “As contas da dialética inclusão-exclusão: a experiência das cotas na UFG”, coordenada pela profa. Anita C. Azevedo Resende, cujo objetivo é “analisar a dialética igualdade x desigualdade e inclusão x exclusão no processo de formação dos alunos que ingressaram na UFG pelo sistema de cotas” (RESENDE, 2009, p. 1). Vinculam-se a este projeto mais três trabalhos, concebidos sob um menso referencial teórico e metodol: o projeto “Programa UFG Inclui: mediações familiares e formação dos jovens”, coordenado pela profa. Edna Mendonça Oliveira de Queiroz e o projeto “O espetáculo das cotas e a imprensa: as idéias e debates sobre as políticas afirmativas nas universidades públicas (2009-2015)”, coordenado pela profa. Virginia Sales Gebrim e o projeto “Estudo do sucesso/fracasso escolar na trajetória acadêmica dos estudantes que ingressarem na Universidade Federal de Goiás por meio do *Programa UFG Inclui*”, coordenado pela profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria. Enfatiza-se que o trabalho ora apresentado é um desdobramento deste projeto, expresso no Plano de Trabalho de Iniciação Científica (PIVIC/CNPq), em andamento desde agosto de 2010.

ⁱⁱ A UERJ, apesar de ser uma Universidade estadual, é uma instituição pioneira na implementação das cotas e, por isso, incorpora-se a este trabalho. A Universidade do Estado do Norte Fluminense (UENF) também adotou o sistema de cotas no início dos anos 2000 (PENHA-LOPES, 2008).